



8836158



08001.000535/2018-10



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

Nota Técnica n.º 10/2019/DIDOC/GM/MJ

PROCESSO Nº 08001.000535/2018-10

1. INTRODUÇÃO

1.1. Trata-se de análise de Proposta Comercial apresentada no Pregão Eletrônico nº 05/2019, cujo objetivo é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de comissaria de bordo, a serem executados nas viagens nacionais e internacionais do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública e comitiva, em seus deslocamentos oficiais, oriundas do Aeroporto Internacional de Brasília e da Base Aérea de Brasília, por meio de aeronaves da Força Aérea Brasileira (FAB).

1.2. Em atendimento aos Despacho nº 90/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE (8803892) e Despacho nº 93/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE (8831911), que solicitam manifestação dessa área demandante em relação à proposta comercial encaminhada pelo fornecedor **BASIC CONSTRUÇÕES LTDA - EPP**, portador do CNPJ nº 08.893.146/0001-15, o qual restou classificado (único participante conforme Comprovante de ordem de classificação 8804061) no Pregão Eletrônico nº 05/2019, este documento tem o objetivo de realizar a análise dos documentos encaminhados (8803819) e da diligência efetuada em resposta à solicitação feita na Nota Técnica n.º 9/2019/DIDOC/GM/MJ (8807603) quanto ao atendimento das cláusulas constantes no Termo de Referência (8647310), no que concerne à exequibilidade dos valores ofertados, especificação do objeto e habilitação técnica da licitante.

2. ANÁLISE

2.1. Com relação à proposta apresentada pela empresa **BASIC CONSTRUÇÕES LTDA - EPP** (8831907), observa-se que há distorção na tabela em razão dos valores totais estabelecidos para o item 15 (ao invés de R\$3.913,96 - três mil novecentos e treze reais e noventa e seis centavos, o valor correto seria R\$5.913,96 - cinco mil novecentos e treze reais e noventa e seis centavos) . Assim, a proposta comercial apresentada carece de ajuste no que diz respeito a esse apontamento. Havendo a adequação solicitada, o valor global estará enquadrado dentro do valor máximo admissível estabelecido no Anexo I do Termo de Referência (8659528), além de respeitar as informações contidas nos itens 20.4 e 20.5 do Termo de Referência (8647310).

2.2. Em relação à diligência solicitada por meio da Nota Técnica n.º 9/2019/DIDOC/GM/MJ (8807603):

"d) tendo em vista a exigência feita no subitem 20.3.1.4, esta Unidade informa a necessidade de que sejam feitas diligências junto à empresa para apresentação das cópias dos contratos que deram suporte às contratações relacionadas aos 4 (quatro) Atestados enviados, com o intuito de comprovar a legitimidade dos mesmos e atender a determinação deste tópico."

2.2.1. A empresa apresentou as cópias dos contratos solicitados, comprovando a legitimidade dos mesmos e atendendo completamente ao subitem 20.3.1.4 do Termo de Referência (8647310).

2.3. As demais informações constantes nos documentos encaminhados (8803819) estão de acordo com os requisitos propostos no Termo de Referência (8647310) e Anexo V do mesmo documento (8659528), com destaque para as especificações, prazos de entrega e atendimento dos quantitativos exigidos.

3. CONCLUSÃO

3.1. Realizadas as verificações descritas na presente Nota Técnica (ajuste no valor designado no item 2.1 deste documento), esta unidade aprova a proposta enviada pela empresa **BASIC CONSTRUÇÕES LTDA - EPP**.

3.2. Diante do exposto, encaminhe-se à Coordenação-Geral de Licitações e Contratos para continuidade da contratação em tela.



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO AYODELE CARDOSO SANTOS COSTA, Chefe da Divisão de Gestão de Contratos do GM**, em 28/05/2019, às 14:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



Documento assinado eletronicamente por **BARBARA SILVEIRA MATSUURA, Coordenador(a) Administrativo(a) e Patrimonial do GM**, em 28/05/2019, às 14:46, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **8836158** e o código CRC **2491BBD0**



O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.